

HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA PARCEIRAS ÍNTIMAS: ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL, BRASIL

MEN AS AUTHORS OF VIOLENCE AGAINST INTIMATE PARTNERS: STUDY WITH MILITARY COPS OF THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL

HOMBRES AUTORES DE VIOLENCIA CONTRA PAREJAS ÍNTIMAS: ESTUDIO CON POLICIALES MILITARES DEL DISTRITO FEDERAL, BRASIL

Leides Barroso Azevedo Moura*, Renata Braz das Neves Cardoso**

Resumo

Introdução: A violência contra a mulher compreende atos praticados em ambiente público ou privado em diversos contextos do cotidiano. **Objetivo:** Analisar as violências contra parceiros íntimos, praticadas por policiais militares do Distrito Federal, Brasil. **Material e Método:** Estudo censitário envolvendo policiais militares que responderam sindicância no período de 2012 a 2014, de abordagem mista com análise de processos administrativos de sindicância da população de policiais militares do sexo masculino como autores de violência contra suas parceiras íntimas e com análise do fluxo do processo de sindicância por intermédio da pesquisa documental. **Resultados:** O estudo identificou a maioria dos agressores na faixa etária de 42 anos ou mais (55,7%), casados ou em união estável (58,8%), com tempo de relacionamento superior a dez anos (51,9%), escolaridade correspondente ao ensino básico completo (53,3%) e de cor preta/parda (67,3%). Não houve relação entre a prática de violências contra suas parceiras íntimas (VPI) e histórico de outros crimes e de indisciplina na corporação ($p>0,5$). Observou-se um diálogo com o referencial teórico na perspectiva da cultura organizacional, no que diz respeito aos mitos e ritos introjetados na formação policial, sobretudo nos policiais militares com mais tempo de corporação. **Conclusões:** A população estudada era exclusivamente do sexo masculino, com a maioria dos agressores de suas parceiras em situação de conjugalidade superior a dez anos, com policiais de escolaridade baixa correspondente ao ensino básico completo e de cor preta/parda.

Palavras-chave: Violência. Policial. Mulher. Gênero.

Abstract

Introduction: Violence against women includes acts practiced in a public or private environment, and in different contexts of everyday life. **Objective:** To analyze the violence against intimate partners, practiced by military cops of the Federal District, Brazil. **Material and Methods:** It is a census study involving military cops who answered to a disciplinary protocol in the period from 2012 through 2014. The research used a mixed approach, with an analysis of the administrative processes of male military cops as authors of violence against their intimate partners and with analysis of the flow of the investigation process using documentary research method. **Results:** The study identified the majority of aggressors in the age group of 42 years or older (55.7%), married or in stable union (58.8%), with a relationship time of more than ten years (51.9%), instruction level of just complete elementary school (53.3%) and self-declared black / brown as skin color (67.3%). There was no relationship between the practice of violence against intimate partners and the history of other crimes, neither indiscipline acts inside the corporation ($p>0.5$). Discussion: It was observed a dialogue with the theoretical reference from the perspective of organizational culture, with respect to the myths and rites introjected in the police formation, especially in the military cops with more time of corporation. **Conclusions:** The studied population was exclusively male, with most of the aggressors of their partners in situations of conjugality of more than 10 years, with police officers of low level of education, corresponding to complete elementary school and black/brown as skin color.

Keywords: Violence. Police. Women. Gender.

Resumen

Introducción: La violencia contra la mujer comprende actos practicados en ambiente público o privado y, en diversos contextos de lo cotidiano. **Objetivo:** Analizar las violencias contra compañeros íntimos practicados por policías militares del Distrito Federal, Brasil. **Material y Método:** Estudio censitario que involucra a policías militares que respondieron a la sindicación en el período de 2012 a 2014, de enfoque mixto con análisis de procesos administrativos de sindicación de la población de policías militares del sexo masculino como autores de violencia contra sus parejas íntimas (VPI) y con análisis del flujo del proceso de sindicación por intermedio de la investigación documental. **Resultados:** El estudio identificó a la mayoría de los agresores en el grupo de edad de 42 años o más (55,7%), casados o en unión estable (58,8%), con tiempo de relación superior a diez años (51,9%), escolaridad correspondiente a la enseñanza básica completa (53,3%) y de color negro / parda (67,3%). No hubo relación entre la práctica de VPI e histórico de otros crímenes y de indisciplina en la corporación ($p > 0,5$). **Discusión:** Se observó un diálogo con el referencial teórico en la perspectiva de la cultura organizacional, en lo que se refiere a los mitos y ritos introjetados en la formación policial, sobre todo en los policías militares con más tiempo de corporación. **Conclusiones:** La población estudiada era exclusivamente del sexo masculino, con la mayoría de los agresores de sus parejas en situación de conyugalidad superior a diez años, con policías de escolaridad baja correspondiente a la enseñanza básica completa y de color negro / parda.

Palabras clave: Violencia. Policía. Mujeres. Genero.

*Doutora em Ciência da Saúde; Professora associada da Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. Contato: leidesm74@gmail.com

**Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional-UnB. Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília-DF, Brasil. Contato: renatabraz22@gmail.com

INTRODUÇÃO

Entre os problemas sociais identificados global e localmente pelos grupos sociais, pelo Estado e pelas organizações, encontramos as violências praticadas contra mulheres. Inúmeros são os registros e relatos de tal prática que responsabilizou o legislador brasileiro, a partir dos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas, a desenvolver uma legislação específica para tratar o tema. A Lei Maria da Penha (LMP) surge como instrumento emblemático com a finalidade de salvaguardar os preceitos de direitos humanos, bem como implementar políticas públicas não apenas voltadas para reprimir os atos violentos, mas também para propor articulação de todo um sistema público de enfrentamento das violências contra mulheres¹.

As violências praticadas contra as mulheres por parceiros íntimos têm se tornado menos "invisibilizadas"². Pesquisa aponta ainda que a população percebe que as violências contra mulheres à luz da LMP transcendem episódios de violência física e perpassam também as violências psicológica, moral, patrimonial e tantas outras³.

Narrativas de violências presentes no cotidiano dos grupos populacionais são imagens distorcidas e heranças de todo um processo histórico de violação da condição humana, inclusive do modelo patriarcal oriundo do processo histórico cultural brasileiro, que também por sua vez condicionou a posição de inferioridade da mulher no contexto social. Segundo Bourdieu⁴, as bases da violência simbólica residem "nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem", ou seja, as mudanças necessárias não são apenas de consciências e vontades, mas principalmente a partir de transformação social institucional e intersetorial⁵.

Espera-se que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) ocupe uma posição de vanguarda no Brasil, induza processos de mudança nos padrões que mantêm a iniquidade de gênero e um *ethos* que impeça o avanço na promoção dos direitos das mulheres. Nesse contexto, a pesquisa objetiva analisar as situações de violências contra parceiras íntimas de policiais militares.

MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal, de caráter exploratório, com análise de base de dados secundários de processos administrativos de sindicância da população

de policiais militares do sexo masculino da PMDF, como Homens Autores de Violências (HAV) praticando violências contra suas parceiras íntimas (VPI).

O primeiro aspecto metodológico analisado foi o corte temporal do estudo. Desta forma, foi escolhido o período compreendido do ano de 2012 a 2014, para analisar os procedimentos administrativos de sindicâncias, referentes às VPI praticadas por membros da corporação da PMDF. Esse período foi escolhido em razão da implementação da Instrução Normativa - IN 003/2011, do Departamento de Controle e Correição da Polícia Militar do Distrito Federal - DCC/PMDF, instrumento regulador das normas de conduta adotadas pela corporação em razão da prática de violência contra a mulher por seus agentes, bem como a codificação específica como tipo para apurar disciplinarmente tal conduta.

A partir do corte temporal, foi estabelecida a análise documental dos procedimentos administrativos de sindicância do período, bem como foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre trabalhos acadêmicos envolvendo a temática das VPI, sendo constatada a escassez de trabalhos publicados sobre a questão.

A pesquisa apresenta uma abordagem mista, pois envolve análise de base de dados secundários do DCC/PMDF, com abordagem quantitativa, por intermédio do método da estatística descritiva e análise do fluxo do processo de sindicância com abordagem qualitativa, por intermédio da pesquisa documental.

A PMDF possui em seu efetivo serviço ativo 15.407 policiais militares, sendo 14.063 do sexo masculino e 1.344 do sexo feminino. Por se tratar de um estudo de base populacional, foi realizado um censo, no qual foi investigada toda a população de policiais militares do sexo masculino que respondeu a procedimento administrativo disciplinar de sindicância, para apurar a prática de violência doméstica. Os dados foram coletados na PMDF, por intermédio da análise dos procedimentos administrativos de sindicância, instaurados no período compreendido nos anos de 2012, 2013 e 2014, totalizando assim 264 sindicâncias. Apenas uma das 264 sindicâncias apresentava a mulher como autora de violência.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário, o qual foi dividido em seis seções de análise, estabelecidas da seguinte maneira: Dados pessoais do policial militar; Dados profissionais do policial militar; Dados

da vida pregressa do policial militar; Dados da violência; Dados da sindicância; Dados da pessoa agredida.

A análise dos dados ocorreu por meio do programa SPSS versão 21.1.

Considerando os aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CAAE 49432215.0.0000.0030).

RESULTADOS

A Tabela 1 descreve o quantitativo do efetivo

da corporação de policiais militares do sexo masculino e feminino, separados por postos e graduações no Distrito Federal. Observou-se que dos cargos de oficiais superiores, os quais atuam na área de gestão da instituição, 92,5% são exercidos por oficiais do sexo masculino e apenas 7,5% por oficiais do sexo feminino. O quadro de oficiais da PMDF é composto por 88,4% de oficiais do sexo masculino, enquanto o quadro das praças, 91,4% são policiais do sexo masculino e apenas 8,6% do sexo feminino.

Tabela 1 - Número de policiais militares na ativa por postos e graduações da PMDF, Brasília-DF, 2015 (N= 14.367)

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
Posto				
Círculo dos oficiais superiores	408	92,5	33	7,5
Coronel	49	100,0	0	0,0
Tenente coronel	99	92,5	8	7,5
Major	260	91,2	25	8,8
Oficial intermediário	288	89,2	35	10,8
Capitão	288	89,2	35	10,8
Oficial subalterno	318	83,0	65	17,0
1º Tenente	53	77,9	15	22,1
2º Tenente	227	86,6	35	13,4
Aspirantes à oficial	38	73,1	14	26,9
Cadete	0	0,0	1	100,0
Total de oficiais	1014	88,4	133	11,6
Graduações das praças				
Subtenente	592	94,3	36	5,7
1º Sargento	1854	91,3	177	8,7
2º Sargento	1975	92,2	166	7,8
3º Sargento	2804	97,5	73	2,5
Cabo	2446	92,5	199	7,5
Soldado	2442	84,3	456	15,7
Total de praças	12113	91,6	1107	8,4
Total	13127	91,4	1240	8,6

Fonte: site PMDF, 2015.

A Tabela 2 apresenta o perfil dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância. Observa-se que a idade dos policiais variou entre 18 e acima de 46 anos, todavia a maior proporção foi na faixa etária acima de 42 anos ou mais (55,7%), e a menor foi de 18 a 30 anos (7,2%). A maioria dos

policiais era casada ou em união estável (58,8 %). No quesito tempo de relacionamento, 51,9% tinham mais de 10 anos de relacionamento com o parceiro íntimo e 10% tinham relacionamentos com tempo inferior a 2 anos de convivência. Quanto à escolaridade dos policiais, evidenciou-se que 100% eram alfabetizados,

sendo 53,3% com educação básica completa e 38,3% com ensino superior completo. Quanto à cor, identificou-se que 67,3% eram pretos e pardos.

Tabela 2 - Perfil do censo dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância no período de 2012/2014 na PMDF, Brasília-DF, 2015

Variáveis	N	% válida
Idade		
18 a 30 anos	19	7,2
31 a 42 anos	98	37,1
Acima de 43 anos	147	55,7
Em branco	0	0,0
Total	264	100,0
Estado civil		
Solteiro	43	16,4
Casado	119	45,4
União estável	35	13,4
Viúvo	0	0,0
Separado	65	24,8
Em branco	2	0,0
Total	264	100,0
Escolaridade		
Educação básica	89	53,3
Ensino superior incompleto	14	8,4
Ensino superior completo	64	38,3
Em branco	97	0,0
Total	264	100,0
Raça/cor		
Branca	85	32,7
Preta	22	8,5
Parda	153	58,8
Amarela	0	0,0
Indígena	0	0,0
Em branco	4	0,0
Total	264	100,0
Tempo de relacionamento		
Até 2 anos	21	9,9
3 a 5 anos	47	22,2
6 a 10 anos	34	16,0
Mais de 10 anos	110	51,9
Em branco	52	0,0
Total	264	100,0

Quanto ao perfil profissional do policial militar que respondeu a procedimento administrativo de sindicância, 67,1% estavam no exercício da atividade

operacional, 20,9% em atividade administrativa, 8,5% na reserva e reformados e 3,5% na condição de agregados, servidores cedidos para o exercício de função diversa. Quanto ao tempo de serviço na corporação, 55,2% possuem mais de 21 anos de serviço e apenas 7,3% até 10 anos de serviço (Tabela 3).

Tabela 3 - Perfil da atuação profissional do policial militar que praticou VPI no período de 2012 - 2014 na PMDF, Brasília, 2015.

Variáveis	N	%
Tempo de serviço		
Até 10 anos	19	7,3
11 a 20 anos	98	37,5
Acima de 21 anos	144	55,2
Em branco	3	0,0
Total	264	100,0
Posto/graduação		
Soldado	19	7,3
Cabo	61	23,3
Sargento	148	56,5
Subtenente	10	3,8
Oficial subalterno	6	2,3
Oficial intermediário	8	3,1
Oficial superior	10	3,8
Em branco	2	0,0
Total	264	100,0
Atividade de policial que exerce		
Atividade operacional	173	67,1
Atividade administrativa	54	20,9
Agregado	9	3,5
Reserva/reformado	22	8,5
Em branco	6	0,0
Total	264	100,00

A Tabela 4 demonstrou que no aspecto história da vida pregressa do policial militar que respondeu a procedimento administrativo de sindicância, 69,7%, não haviam respondido a qualquer outro tipo de processo criminal, enquanto 30,3% já haviam respondido criminalmente por outros processos de violência contra parceiras íntimas, configurando casos progressos de responsabilização criminal. Quanto à violência contra parceira íntima, 81,1% nunca haviam respondido anteriormente por esse tipo de crime, sendo que 18,9%, já responderam em outra oportunidade por essa violência. No quesito disciplinar, 51,6% já foram punidos disciplinarmente em algum momento da carreira, enquanto 48,4% nunca foram punidos.

Tabela 4 – História pregressa do policial militar que respondeu procedimento administrativo e sindicância por VPI no período de 2012-2014 na PMDF, Brasília-DF, 2015

Variáveis	N	%
Já respondeu em outra oportunidade por violência doméstica		
Sim	48	18,9
Não	206	81,1
Em branco	10	0,0
Total	264	100,0
Histórico de indisciplina na corporação		
Não	125	48,4
Sim	133	51,6
Em branco	6	0,0
Total	264	100,0
Já cometeu outro crime que não seja a violência doméstica		
Sim	77	30,3
Não	177	69,7
Em branco	10	0,0
Total	264	100,0
Histórico prévio de episódio de violência doméstica		
Sim	48	18,9
Não	206	81,1
Em branco	10	3,8
Total	264	100
Histórico de indisciplina na corporação		
Sim	133	51,5
Não	125	48,4
Em branco	6	2,3
Total	264	100
Histórico criminal		
Sim	77	30,3
Não	177	69,7
Em branco	10	3,8
Total	264	100

A Tabela 5 apresenta o resultado dos testes de correlações entre as seguintes variáveis do "histórico de disciplina na corporação".

Apenas o primeiro teste foi estatisticamente significativo a um nível de 5%. No entanto, apesar da existência da correlação entre as variáveis, essa é considerada fraca, pois o coeficiente de contingência, que é baseada no qui-quadrado útil para mensurar a força entre correlações estatísticas, ficou abaixo de 0,25.

O estudo realizou pesquisa documental e analisou todas as sindicâncias segundo procedimentos que deveriam ter sido adotados em caso de notificação de ocorrência de prática de violência doméstica por policial militar. Constatou-se que 50,4% dos policiais militares que

responderam a procedimento administrativo de sindicância cumpriram a instrução normativa da corporação.

Quanto ao perfil das mulheres agredidas, observou-se que 59,1% estão na faixa etária de 31 a 42 anos, 23,8% com idade abaixo de 30 anos e 17,1% acima de 42 anos. Acerca da escolaridade, 44,7% delas possuíam ensino médio, 29,7% ensino superior completo, 14,5% ensino superior incompleto e 15,2% ensino fundamental. Sobre o tipo de renda, aproximadamente dois terços (65,3%) possuem renda própria, 34,4% são financeiramente dependentes do agressor e 2,5% são policiais militares da PMDF.

Tabela 5 – Tabela cruzada de correlação das variáveis histórico de disciplina, com cometimento de crime, no período de 2012/2014 na PMDF, Brasília-DF, 2015

Já cometeu outro crime que não seja a violência doméstica				
	Sim	Não	Total	P valor
Histórico de indisciplina na corporação				,000
Não	22	98	120	
Sim	54	77	131	
Total	76	175	251	
Já respondeu em outra oportunidade por violência doméstica				
Histórico de indisciplina na corporação				,285
Não	18	100	118	
Sim	27	105	132	
Total	45	205	250	
Já respondeu em outra oportunidade por violência doméstica				
Já cometeu outro crime que não seja a violência doméstica				,533
Não	16	60	76	
Sim	31	144	175	
Total	47	204	251	

DISCUSSÃO

Segundo os estudos de Dalal et al.⁶, os homens acima de 40 anos são duas vezes mais inclinados a abusar fisicamente de suas esposas. O resultado corroborou com pesquisas que ressaltam que as mulheres são as maiores vítimas da violência intrafamiliar (94,1%,) que 63,2% dos agressores são os cônjuges⁷ e que produzem impactos na saúde⁸.

Quanto aos aspectos relativos ao perfil profissional, a maioria dos policiais que responderam a procedimentos administrativos de sindicância por VPI já possuíam um maior tempo de serviço na corporação, inclusive estabilidade funcional com tempo de 21 a 30 anos de serviço. Observou-se um diálogo com o referencial teórico na perspectiva da cultura organizacional⁹, no que diz respeito aos mitos e ritos introjetados na formação, sobretudo nos policiais militares com mais tempo de corporação, cujas configurações de gênero e pressões sofridas podem resultar em abalos psicológicos que, por conseguinte, também podem fomentar uma cultura violenta¹⁰. Verificou-se relação quando o policial que responde a procedimento administrativo de sindicância em algum momento de sua carreira também cometeu outro tipo de transgressão da disciplina ou crime. Pode significar

também um maior destemor em ser punido por se sentir como instrumento especializado de aplicação da lei e, portanto, acima dela, ou mesmo em detrimento de um baixo controle social de seus comportamentos violentos por parte da corporação em decorrência de uma cultura policial militar permeada por um "ethos guerreiro"¹¹.

O instrumento normativo da Polícia Militar é coercitivo e determina à autoridade policial, ciente do envolvimento de policial militar em ato de violência doméstica e/ou familiar, a instauração imediata de sindicância para apurar a conduta do policial, o afastamento do policial militar de toda e qualquer atividade operacional e a apresentação do policial militar para avaliação psiquiátrica, o recolhimento da arma da corporação e, se for o caso, o recolhimento junto à reserva de armamento da corporação da arma particular do servidor, se este a possuir também. Entretanto, verificou-se que essa atividade é pontual e, para o enfrentamento da violência, é necessário que seja sistêmica, com inscrição simbólica no *ethos* da corporação¹¹.

Quanto ao tipo de atividade policial exercida, com predomínio da atividade operacional, percebe-se o reforço da masculinidade pelo exercício da atividade fim, ou seja, a ressignificação e manutenção da violência simbólica⁴

do homem sobre a mulher, internalizado e agregado ao espaço público e privado, em detrimento do corpo feminino e reforçando a ordem social organizada pelos valores sexistas.

A prática de VPI cometida por policial militar merece atenção na agenda de enfrentamento de violências contra mulheres, tanto nas pautas da segurança pública quanto nas da saúde pública. Na vigência do estado democrático de direito, as instituições públicas, sejam elas civis ou militares, no exercício de suas atividades, devem atuar de maneira a envidar esforços e mecanismos de efetivação do arcabouço normativo da LMP, a legislação específica na coibição das violências no ambiente familiar e na defesa do direito das mulheres a uma vida livre de violências.

CONCLUSÕES

O estudo identificou que a população era exclusivamente do sexo masculino, com a maioria dos agressores de suas parceiras casados ou em união estável, com tempo de relacionamento superior a dez anos, com escolaridade correspondente ao ensino básico completo e compostapor policiais de cor preta/parda.

Diante dos resultados, observa-se a limitação

desta pesquisa ao se restringir a uma única corporação policial militar e a escassez de estudos a fim de possibilitar análises e comparações. Neste sentido, a pesquisa não pretende esgotar o tema, mas sim colaborar para um maior desvelamento sobre ele e incentivar a elaboração de novos estudos, sejam eles para criação de bancos de dados dos crimes de violências contra mulheres praticados por agentes do Sistema de Segurança Pública, para adequação das normas vigentes às normas de proteção aos Direitos Humanos, para formação profissional ou para suprir a necessidade de implantação e acompanhamento de matriz curricular que promova equidade de gênero na formação policial.

Pesquisas com abordagem qualitativa e escuta sensível de agressores e agredidos podem auxiliar a decifrar as subjetividades e instrumentalidades racionais das VPI no cotidiano de policiais que, ao mesmo tempo em que são acionados para atender mulheres em situação de violências, colhem denúncia dos crimes tipificados pela LMP e realizam prisão dos agressores, também são os protagonistas das violências praticadas contra suas parceiras nas relações íntimo-afetivas.

REFERÊNCIAS

1. Tavares LA, Campos CH. A Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher "convenção de Belém do Pará" e a Lei Maria da Penha. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*. 2018; 6(3):9-18.
2. Moura LBA, Lefevre F, Moura V. Narratives of intimate partner violence practiced against women. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2012; 17(1):1025-35.
3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sistema de Indicadores de Percepção Social. Tolerância social à violência contra as mulheres. [Internet]. 2014 [citado em 26 mar. 2018]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf
4. Bourdieu P. A Dominação masculina. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2012.
5. García-Moreno C, Temmerman M. Commentary: Actions to end violence against women: a multi-sector approach. *Glob Public Health* [Internet]. 2015 [citado em 26 mar. 2018]; 10(2):186-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17441692.2014.986163>
6. Dalal K, Rahman F, Jansson B. Wife abuse in rural Bangladesh. *J Biosoc Sci*. 2009; 41(5):561-73.
7. Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. I plano de desenvolvimento de políticas para mulheres. Brasília, DF: PDPM; 2014.
8. Guimarães RCS, Soares MCS, Santos RC, Moura JP, Freire TVV, Dias MD. Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Rev Cuid* [Internet]. 2018 [citado em 24 mar. 2018]; 9(1):1988-97. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S221609732018000101988&lng=en
9. Hofstede G. *Cultures and organizations: software of the mind*. New York: McGraw Hill; 2005.
10. Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, DF: Ministério da Justiça, SENASP; 2013.
11. Zaluar A. Sociability in crime Culture, form of life or ethos. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr* [Internet]. 2014 [citado em 24 mar. 2018]; 11(2):14-46. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n2/alba-zaluar-sociability-in-crime-culture-form-of-life-or-ethos/>